



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**PRESIDENTE: GILSON BARRETO**  
TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 08-05-13

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Boa tarde, com a presença do nobre Vereador Mario Covas Neto, relator do projeto, declaro abertos os trabalhos da audiência pública da Comissão de Administração Pública. Informo que essa audiência está sendo transmitida através do do portal da Câmara – [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), links TV Câmara e Auditórios On-Line. Essa audiência pública foi requerida por meio do requerimento 15/13, de autoria do nobre Vereador Mário Covas Neto, aprovado em reunião ordinária de 20 de março de 2013, com a finalidade de discutir o PL 415/12, do Executivo, que aprova o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo para o decênio de 2011/2020. Essa audiência publicada no *Diário Oficial da Cidade*, nos dias 23, 24, 25, 26,27, 30 de abril e 1º, 3,4,7,8 de maio e no *Jornal Diário de São Paulo*, dia 3 de maio e no *Jornal Folha de São Paulo*, dia 6 de maio. De ofício suspendo os trabalhos por alguns segundos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Gilson Barreto.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Reabertos os trabalhos da audiência pública do PL 415/12, do Executivo, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo para o decênio 2011/2020 e essa é a primeira audiência pública da Comissão de Administração Pública. Estão presentes Gilson Barreto, presidindo os trabalhos e o nobre Vereador Mário Covas Neto, que é o relator do projeto; nobre Vereador Alfredinho, David Soares, Marquito, Atílio Francisco, Coronel Camilo fazem parte da Comissão e nós aqui presentes.

Posteriormente, abriremos a palavra aos presentes, antes, quero convidar o Professor João Cleber, representando a Secretaria Municipal de Educação para fazer parte da Mesa, representando o Dr. Antonio Cesar Russi Callegari.

Nos ofícios, além das publicações já citadas, nós convidamos para a audiência pública os Srs.: Secretário Municipal de Educação, Prof. Callegari; Dr. Herman Jacobus, Secretário de Educação Estadual; Eduardo Dias de Souza Ferreira, do Ministério Público;

Secretário da Promotoria da Justiça de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos da Infância e Juventude; Dr. João Paulo Faustinoni Silva, Digníssimo Professor do Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público do Estado de São Paulo, Dra. Fernanda Beatriz Gilda Silva Lopes, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público de São Paulo; Dr. Marcos da Costa, da OAB; das DREs: Professor André Luis Bafumi(?), Diretor Regional de Educação do Butantã; Alexandre da Silva Cordeiro, Diretor Regional de Educação do Campo Limpo; Marcelo Alves Nishikata, Diretor Regional de Educação da Capela do Socorro; Eliana Pereira, Diretora Regional de Educação, Freguesia do Ó, de Brasilândia, Prof. Edson Luis, diretor regional de Educação de Guaianases; Profa. Maria Salé(?), diretora regional de Educação do Ipiranga; Prof. Valter de Almeida Costa, diretor regional de Educação de Itaquera; Prof. Roselei Julio Duarte, diretor regional de Educação do Butantã-Tremembé; Prof. Hélio Araújo da Silva, diretor regional de Educação da Penha; Prof. Antonio Rodrigues da Silva, diretor regional de Educação Pirituba; Prof. Paulo Gonçalo dos Santos, diretor regional de Educação Santo Amaro; Profa. Lourdes de Fátima Possani, diretora regional de Educação de São Mateus; Prof. Manoel Romão de Souza, diretor regional de Educação de São Miguel; Sras. Solange Agda da Cruz de Paula Pinto, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Lualinda Silva de Toledo, da Comissão de Educação e Conselho Tutelar; Rudineia(?) Alves Arantes, coordenadora da CPCTSP, Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares; Sr. Claudio Fonseca, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação do Ensino Municipal; Prof. Ismael Neri Palhares Júnior, Presidente do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo e Sr. João Alberto Rodrigues, Presidente Especialista de Educação de Ensino Público Municipal de São Paulo. Além desses convites, há as publicações aqui já referendadas de várias coordenadorias de ensino, inclusive do Estado.

Essa audiência pública, realizada pela Comissão de Administração Pública, é para discutirmos o projeto de lei que trata do Plano Municipal da Educação. Essa é a oportunidade e o fórum oficial de discussão e convocações e contribuições a respeito desse PL, que é de

interesse da Educação. Nosso respeito à Educação é muito grande. Por isso, chamamos essa audiência pública, convidando os interessados. O fórum legal é esse, que será aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo. Em não sendo discutido isso na Câmara, fica difícil.

Tem a palavra o nobre Vereador Mario Covas Neto, relator, para fazer suas considerações e colocações pertinentes.

**O SR. MARIO COVAS NETO** – Boa tarde a todos. Trata-se do PL 415, que propõe o Plano Municipal de Educação para o decênio de 2011-2020. Já estamos em 2013. Infelizmente, o plano de dez anos já tem dez anos subtraídos. Em 2008, foi criada uma comissão para analisar esse plano de metas, esse Plano Municipal de Educação. Propuseram uma série de eventos. Parte disso foi feito e parte não foi. Ao final do ano passado, finalmente esse projeto chegou a esta Casa. Nesse intervalo, quando chegou o projeto de lei e veio para eu relatar, por todo o histórico contido no processo, sugerimos que se fizesse essa audiência pública. Nesse intervalo, recebi uma correspondência assinada pela Comissão Executiva do Plano de Educação da cidade de São Paulo, onde integram as seguintes entidades: Ação Educativa, Aprofem, Associação Cooperapic, Fórum Municipal de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente; Fórum para o Desenvolvimento da zona Leste; Fórum Paulista de Educação Infantil; Geledés, Instituto da Mulher Negra; GT de Educação, Rede Nossa São Paulo; Instituto Paulo Freire; Movimento Negro Unificado e Sinesp, Sindicato dos Especialistas em Educação.

Esse documento basicamente relata de que eles foram... A portaria da Secretaria Municipal de Educação, a de número 4638, instalou uma comissão executiva do Plano de Educação, composto por vários segmentos sociais, Poder Público, sindicatos, movimentos, organizações sociais, estudantes, familiares etc. Daí vêm as discussões todas. O relato acaba constatando, confirmando aquilo que era suspeito, de que o projeto tal qual chegou, nesta Casa, se não atende totalmente, não atende parcialmente os interesses das várias entidades que fazem parte da Educação. Sugere-se aqui uma pauta de várias audiências públicas temáticas, considerando a Educação Infantil, a Educação Inclusiva, o Ensino Fundamental, o

atendimento em alfabetização, a Educação Integral, o Ensino Médio, a Educação Profissional, a Educação Superior; o EJA e a superação do analfabetismo, a valorização dos profissionais de Educação; a gestão, o financiamento e a qualidade da Educação; a Educação Ambiental; a desigualdade e diversidades. Seriam oito audiências públicas, segundo as sugestões, a serem parte delas feitas, nesta Câmara, e outra parte em audiência regionais.

Essa audiência pública não é o fórum adequado para deliberarmos isso, mas sim na nossa reunião ordinária da Comissão de Administração Pública. Assim vou submeter a ideia desse calendário, se não nas datas e horários que estão aqui sugeridos, para que possamos nos espelhar nessa sugestão e posteriormente, se for aprovado, todos tomarem conhecimento desse roteiro. Nesse roteiro inicial, a ideia é de que, no espaço de dois meses, no máximo, consigamos atender as oito audiências, e finalmente se possa dar andamento a esse projeto, que está há muito tempo parado, sem um plano definido. Vou levar o conhecimento desse assunto aos demais integrantes da comissão na nossa reunião ordinária, para que seja aprovado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Então, V.Exa. encaminha à Presidência a solicitação. Esta Presidência irá, por meio de V.Exa., apresentar isso na comissão ordinária. Em sendo aprovado, vou solicitar a V.Exa. que, posteriormente mantenha contato com os representantes, para inclusive fazer uma reavaliação dessas reuniões, as quais acho salutar. São muito importante as reuniões regionais realizadas aos sábados, quando vamos ter uma participação mais efetiva. A comissão recebe V.Exa. e posteriormente iremos tratar da comissão ordinária.

Quero passar a palavra para o Prof. João Kleber, representando a Secretaria Municipal de Educação.

**O SR. JOÃO KLEBER** – Boa tarde a todos.

Justifico a ausência do Sr. Secretário, porque, pela manhã, houve o lançamento do

Fórum Municipal de Educação que trata, justamente, da discussão do Plano Municipal de Educação e das conferências municipais, estaduais e nacional de educação, que devem ocorrer no mês de fevereiro.

Haverá uma conferência municipal de Educação no mês de julho.

Então, por esse motivo o Sr. Secretário ausentou-se.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Peço para que cada um use três minutos para seu discurso.

Tem a palavra a Sra. Júlia Pierro, da Educa Fórum.

**A SRA. JÚLIA PIERRO** – Boa tarde a todos.

Trabalho há 25 anos em apoio aos pais de alunos da rede pública.

Para não tomar tempo, vou ler um documento, que foi preparado para esta audiência,

“Aos nobres Vereadores das Comissões de Administração Pública e de Educação da Câmara Municipal de São Paulo. Prezados Srs. Vereadores, aqui estamos, representantes de pais de alunos, para essa importante discussão que, infelizmente, já está muito atrasada, pois se refere ao decênio 2011/2020.

Também lamentamos que a elaboração do Plano Municipal de Educação, PL 415/12, tenha sido realizada e discutida no gabinete do ex-Secretário Municipal da Educação – um espaço inadequado, junto com os sindicatos da corporação e ONGs convidadas sem a presença de representantes de pais de alunos.

Também lamentamos que esta primeira audiência pública sobre o Plano Municipal da Educação, não seja prestigiada pelos nobres Vereadores da Comissão de Educação, que dificilmente estarão presentes”, como não estão, “pois consta, no mesmo horário, outra audiência pública da Comissão de Educação que discutirá 12 assuntos, também da área educacional.

Mas perguntamos, qual assunto poderá ser mais importante que o Plano Municipal

de Educação?

Lemos com atenção o PL 415/12, e queremos nos posicionar com respeito a alguns pontos, já que certamente não teremos direito à fala muito longa.

Entre as diretrizes do PME, o item Fortalecimento da Gestão Democrática da Educação consta em último lugar, o que não estranhemos dado o autoritarismo do sistema vigente.

Não aceitamos essa última posição para um item tão importante.

É de conhecimento público que a eleição dos conselhos de escola nas redes municipal e estadual costuma ser realizada através de nomeação a dedo dos representantes dos pais de alunos por parte da direção da escola. As reuniões de conselho costuma também ser agendadas sempre em dias e horários que dificultem a participação dos pais, que dificilmente são avisados a tempo da reunião, manobra que tende a deixar a deliberação dos assuntos à mercê da direção e dos profissionais da escola.

O desprezo pelos pais e responsáveis é uma constante na rede pública de ensino e se reflete nesta mesma audiência pública, agendada em dia e horário ao qual os pais de alunos não podem estar presentes, pois não recebem dispensa de ponto em seu trabalho profissional.

OK tópico inclusão merece ser ampliado na discussão, pois o atual sistema educacional, além de não ser inclusivo, exclui todos os milhares de alunos expulsos a rodado das escolas, principalmente da rede estadual e, pasmem, particular, como pode ser lido em diversas matérias do nosso blog, como, por exemplo, esta última. Quer puder acessar o fórum Educaforum vai encontrar como última matéria a questão da expulsão de um aluno de cinco anos da rede privada.

Estranhemos esse tópico “Oferta de estudo de recuperação contínua e paralela quando necessária”. Como assim, quando necessários? A avaliação continuada e a recuperação paralela dos alunos são prioridade absoluta e a falta dessas práticas levou

justamente ao fracasso da progressão continuada, que funcionou muito bem durante a gestão Paulo Freire, Márcio Sérgio Cortela, mas foi desprezada nas gestões seguintes, tanto na rede municipal, quanto na rede estadual.

Uma enorme preocupação que temos enquanto pais de alunos é a questão da aula vaga, que costuma consumir 30, 40% ou mais horas-aula do ano letivo. Essa questão precisa ser incluída e discutida no plano.

A oferta de material de apoio para superação das dificuldades dos alunos começa com a organização da biblioteca da escola. Como acreditar na oferta de equipamentos e recursos tecnológicos se a maioria das escolas não tem ao menos uma biblioteca funcionando. Como acreditar na eficácia dos cursos de educação para jovens e adultos se as escolas nem ao menos permitem a entrada do adulto trabalhador na segunda aula e nem lhes fornece merenda, quando a maioria chega esfomeada na escola.

Tópico superimportante é o da oferta de cursos técnicos integrados. Queremos aproveitar esta oportunidade para denunciar um dos mais graves crimes cometidos pelo Governo Federal no final da década de 90, que foi a extensão dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, justamente quando fizemos campanhas pedindo sua ampliação. Esse crime é o responsável por várias gerações de adolescentes que têm sido obrigados a cursar um ensino médio de baixa qualidade e sem qualquer perspectiva futura.

Esperamos que todos os assuntos acima, do interesse específico dos pais e responsáveis pelos alunos da rede pública de ensino e também da particular, sejam devidamente discutidos. Vamos, inclusive, cobrar o posicionamento dos nobres Vereadores e dos atuais Secretários Municipal e Estadual da Educação.

Atenciosamente, Educaforum. Assinam em representatividade Julia Pierroeu, Vera Vaz, Cida Gomes, Cremilda Teixeira, Caroline Mayons, Paula Carvalho, Mauro Alves da Silva e os movimentos NAPA, Coep, Movimento Ideamos, Nepal, Mep e Consabesp”.

Então vou entregar agora uma cópia desse documento para todos os presentes e



realmente estou muito aborrecida de não ter recebido convite para a criação do Fórum Municipal da Educação, que aliás, nós, pais, iniciamos na década de 90. O Professor César Callegari nos conhece muito bem e eu gostaria, realmente, que ele recebesse este documento em mãos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – O documento já está conosco e quero informar a senhora que esta comissão é de Administração Pública. A iniciativa de audiência pública foi desta Comissão. Há a Comissão de Educação. Posteriormente, este projeto irá também para a Comissão de Educação.

Está presente aqui o nobre Vereador Orlando Silva que faz parte da Comissão de Educação. Estamos estudando com seriedade. Aqui é o Poder Legislativo, que não está aqui representando o Executivo. O Poder Executivo municipal está sendo representado pelo Professor Cleber.

As colocações feitas são todas gravadas e, posteriormente, serão analisadas pelo senhor relator para apresentar o relatório da Comissão de Administração Pública. Faremos tantas audiências quanto necessárias.

Informo aos senhores que o tradutor em libras estava previsto para as 15h, que já é sessão plenária, e como não sabíamos que teríamos o prazer de tê-los aqui conosco, mas na próxima audiência pública, se os senhores vierem, gostaríamos que avisassem a assessoria para nós podermos solicitar o tradutor oficial da Câmara Municipal de São Paulo.

Tem a palavra a Sra. Maria Aparecida de Oliveira, professora EMEF Profº Derville Allegrette.

**A SRA. MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA** – Boa tarde, Sras., Srs., Srs. Vereadores.

Sou Maria Aparecida e represento a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Professor Derville Allegrette. Estou falando em nome da comunidade escolar, como

Vice-Presidente do Conselho de Escola. Estão presentes os professores e alunos do grêmio da escola. Essa escola está localizada em Santana, na Rua Voluntários da Pátria, e temos mais de 40 anos oferecendo cursos diferenciados em vários níveis, tanto no Fundamental 1 quanto no Fundamental 2 e Ensino Médio.

Temos curso de formação de professores de nível médio, curso normal, antigo magistério além de cursos profissionalizantes de contabilidade, administração, prótese dentária e marketing.

Gostaríamos que houvesse uma comissão de audiência temática voltada para o ensino médio e técnico das escolas municipais da Prefeitura de São Paulo, porque somos exceção. Temos oito escolas, sendo apenas o Derville Allegretti que tem cursos técnicos e de formação de curso de magistério nível médio.

A Prefeitura de São Paulo acaba não priorizando e não divulgando muito esses cursos, tanto é que sempre, na época das inscrições, é uma luta muito grande, muitas DREs fora do reduto Jaçanã – Tremembé desconhecem, às vezes, a existência desses cursos, principalmente do curso de formação de magistério. Muitas alunas se formam, vão para a rede municipal, prestam concursos, estão ativas dentro da própria rede e isso acaba não sendo valorizado e mostrado.

Então não nos sentimos muito contemplados com esse PL e gostaríamos muito que houvesse essa audiência temática, porque temos algumas questões muito específicas relacionadas aos cursos profissionais, de magistério e também o ensino médio. Sobre a sua fala, temos ensino médio de manhã, temos em torno de dois mil alunos no total da escola, e à noite concomitante temos os cursos técnicos. Quando houve a separação conseguimos manter com muita luta, com a ajuda, inclusive, desta Câmara e conseguimos sobreviver. É bem essa a palavra. Nós sobrevivemos e temos conseguido manter esses cursos com qualidade. Ensino médio, cursos técnicos e curso normal de magistério com qualidade, muitas vezes sem formação, com precariedade de laboratórios, de coisas voltadas para o ensino médio, porque

somos exceção e praticamente o único na rede. Temos, por exemplo, inclusão no ensino médio. E quando pedimos livros voltados para o ensino médio, livros em braile, não somos atendidos. Não tem porque não é o perfil da rede.

Então gostaríamos que houvesse essa audiência temática para tratarmos de assuntos específicos ao ensino médio e profissional da rede municipal de São Paulo.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Nós que agradecemos. Já está incluso no requerimento de diversas instituições de ensino a discussão a respeito dessa temática. Esse é um dos itens que constam para a comissão ordinária.

Tem a palavra a sempre Vereadora, Professora Claudete Alves.

**A SRA. CLAUDETE ALVES** – Boa tarde, Presidente, membros da Mesa, todos e todas. Vou fazer um papel que não era exatamente o que eu gostaria para falar sobre esse projeto do plano, mas antes disso quero parabenizar as companheiras do Derville. Lembro que na época que estava nesta Casa nos somamos na luta para que não acabasse todo aquele projeto.

Mas tenho uma boa nova agora, porque com o advento da sanção da nova LDB vai ferver a procura de magistério novamente. É um retrocesso de um lado, mas vocês terão muito público do outro, porque não se exigirá mais a formação superior, algo que brigamos tanto há décadas, para que o professor que atua com crianças pequenas tivesse uma formação mais elaborada e que lamentavelmente agora, por pressão de alguns prefeitos não será mais obrigatório. Então necessariamente vão ter de rever a oferta de ensino médio de magistério.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA CLAUDETE ALVES** – Concordo. É bom e não é bom.

Sr. Presidente, me inscrevi porque sei da preocupação de muitos que aqui estão relacionada à questão do plano municipal de Educação. Inclusive, esse projeto foi citado hoje, o próprio Prefeito mencionou esse projeto, e como disse o professor, as demais pessoas, o

Presidente da Comissão de Educação, por conta da crítica pertinente que a companheira colocou e outros membros estavam lá, porque estávamos exatamente inaugurando o Fórum Municipal de Educação, que é o que vai dar o start para a realização da Conferência Municipal da Educação.

Então contamos lá com a presença do Prefeito, Secretário de Educação, Secretário Adjunto de Educação do Governo do estado, a Professora Lizete, mas confesso que fiquei impactada, pela primeira vez ouvi de um Prefeito que vai participar de todo esse processo, que vai inferir, inclusive, na aprovação desse projeto, não como Prefeito e sim como morador da cidade de São Paulo e como pai que tem dois filhos e tem todo o interesse de ver uma cidade educadora.

Então só para tranquilizar, foi aprovado lá hoje e vai ser, nos próximos dias, publicado no *Diário Oficial do Município*, a portaria que vai estabelecer o calendário com a regulamentação. E nessa regulamentação com os eixos norteadores que são vários, está garantida a participação de todos aqueles segmentos que assim o desejarem, inclusive, com o corte da inclusão. Acho que essa é uma notícia boa para nós todos que estamos envolvidos há décadas com a questão da Educação.

E no dia 25 de maio teremos a primeira reunião onde serão constituídas as comissões, inclusive, a Câmara deverá participar, acho que as Comissões de Administração, Educação e vai ser aberta à participação de todos. Teremos a realização da Conferência nos dias 25 e 26 de junho, rumo à conferência estadual para preparar a Conae 2014.

Então me inscrevi mais para dar esses esclarecimentos e registrar a minha satisfação de saber que o Prefeito da cidade de São Paulo participará desse processo como um militante comum, dando sua colaboração e discutindo as ideias.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado, Claudete Alves.

Tem a palavra o nobre Vereador Orlando Silva.

**O SR. ORLANDO SILVA** – Muito obrigado, Presidente. Serei breve porque às 14h tem início a atividade da minha Comissão, que é a Comissão de Educação, Cultura e Esportes. É uma reunião ordinária e teremos a presença de convidados, inclusive, ajudamos a definir a agenda dos convidados e seria importante que estivéssemos lá.

Mas fiz questão, Presidente Gilson Barreto, de vir aqui por dois motivos, primeiro para cumprimentá-lo pela iniciativa de realizar esta audiência pública. O Vereador Gilson Barreto é um dos mais experientes desta Casa e tem consciência da importância que tem esse tema do Plano Municipal de Educação, e creio que foi muito oportuna a iniciativa da realização da audiência neste momento.

E creio que esta audiência consolida o dia de hoje como um dia de festa para a Educação na cidade de São Paulo, porque foi combinada com a instalação do Fórum Municipal de Educação, que vai preparar a Conferência Municipal e a Conferência Nacional de Educação. Então, Presidente, queria cumprimentá-lo pela iniciativa, porque o projeto vai sair desta Comissão enriquecido pelo diálogo que V.Exa. coordenou com a sociedade paulistana.

O segundo registro diz respeito à participação do Vereador Mario Covas Neto. Tenho certeza de que S.Exa. vai levar em conta a manifestação feita por todos os representantes da sociedade, de modo que o projeto saia desta Comissão enriquecido. Mas, ao tempo em que faço esse registro, queria, Presidente Gilson Barreto, meu Colega, e ao Vereador Mario Covas Neto, Relator do Plano Municipal de Educação nesta Comissão, fazer apenas um apelo. Por quê? Porque o Brasil inteiro, há tempos, debate não só o plano nacional, os planos estaduais, assim como os planos municipais de Educação em cada uma das cidades.

Quero deixar bem claro que isso não tem responsabilidade nem com a ação do Vereador Gilson Barreto, tampouco com a ação do Vereador Mario Covas Neto, mas o fato é que o nosso Município está muito atrasado na condução do Plano Municipal de Educação.

O apelo que quero fazer é para que a Comissão possa, no prazo mais breve

possível, encaminhar a posição da Comissão para que possamos, na Educação, também no prazo mais breve possível, encaminhar no âmbito da Educação para que Plenário desta Casa possa votar essa matéria.

Creio que seria constrangedor para a cidade de São Paulo chegarmos ao final da Conferência Municipal de Educação sem um Plano Municipal de Educação, sendo que, anos atrás, já houve um debate na sociedade, a elaboração das diretrizes, e nós não fomos capazes de dar sequência a esse encaminhamento.

Então, Sr. Presidente Gilson Barreto - ao tempo em que cumprimento V.Exa. pela iniciativa e pela atividade, ao tempo em que cumprimento o nobre Vereador Mario Covas Neto pela dedicação, com quem conversei mais de uma vez e sei que S.Exa. tem se dedicado a estudar, examinar essa matéria, olhando outras elaborações de outras cidades no plano nacional -, queria fazer o apelo para que pudéssemos, num prazo breve, encaminhar à Educação para que, num prazo breve encaminhe ao Plenário para que, num prazo breve, entregue à Cidade o Plano Municipal de Educação, ainda que com três anos de atraso. Mas, como se diz lá na minha terra Natal, na Bahia, “Antes tarde do que nunca”.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Pela ordem, o nobre Vereador Mario Covas Neto.

**O SR. MARIO COVAS NETO** - Apenas para esclarecer o nosso Colega ex-Ministro e atual Vereador - não menos importante do que Ministro: anteriormente à sua chegada, eu havia comunicado aos presentes que recebi uma carta da Comissão Executiva do Plano de Educação da cidade de São Paulo, sugerindo uma série de...

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Nobre Vereador, só um aparte: dizer que é uma satisfação ter presente o nosso Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, o nobre Vereador José Américo. Muito obrigado, Sr. Presidente. Também presente o nobre Vereador Alfredinho, membro da Comissão de Administração Pública.

**O SR. MARIO COVAS NETO** - Vereador Orlando, nós recebemos, da Comissão Executiva do Plano de Educação da cidade de São Paulo, uma sugestão de fazer oito audiências públicas temáticas.

Vou submeter à Comissão de Administração Pública esse documento. Pretendo que ele seja viabilizado, mas gostaria de propor que fizéssemos isso em conjunto com a Comissão de Educação, de tal forma que pudéssemos abreviar os tempos de tramitação. Assim, poderemos compartilhar dos resultados dessas audiências e que a tramitação do projeto se dê de uma forma mais curta. Aqui essas oito audiências serão num tempo máximo de dois meses. Então, é uma coisa para tentarmos terminar essa discussão num prazo breve, tal qual V.Exa. já havia indagado aqui no Plenário.

**O SR. ORLANDO SILVA** - V.Exa. me permite um aparte de um minuto? (Anuência)

O regimento desta Casa estabelece funções, cada comissão tem a sua responsabilidade. A primeira, a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa examina a constitucionalidade da matéria. Esta Comissão de Administração Pública examina os impactos que tem no setor administrativo. Haverá ainda outra comissão, que não a de Educação, que vai examinar o impacto orçamentário. Eu só não posso me comprometer porque se têm matérias do campo da Educação, da Cultura ou do Esporte teriam de ser examinadas especificamente lá. Assim como é no caso de Finanças pela de Finanças.

Queria cumprimentar o Vereador pela atitude democrática de acolher a manifestação do grupo técnico da Rede Nossa São Paulo. E nós vamos até o nosso limite. Na Educação, pretendemos examinar apenas o aspecto vinculado a ela. Mas considero muito boa a iniciativa, Vereador Mario Covas Neto.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Obrigado. Quero dizer ao Vereador Orlando Silva que a Comissão de Administração Pública trata de todas as questões concernentes à administração pública, até quanto a projetos ligados à Educação. Se assim não fosse, não viria para cá. Mas entre nós, Vereadores, não tem esse problema. Se for aprovado

na Comissão de Administração Pública, nas audiências públicas iremos, de pronto, convidar a comissão referente para fazermos trabalho conjunto porque nesse projeto não vai haver, ao menos espero que não haja interferência do Executivo. Por isso, vamos ouvir com imparcialidade questões de todos os segmentos, dos professores, das associações de pais e mestres, de todas as camadas sociais. Sabemos que esse também é o interesse de V.Exa, e que assim seja, para que os 55 Vereadores, com independência total, ao final, votem no projeto a contento para que atenda as necessidades da Educação.

Por questões regimentais, suspenso a audiência pública por alguns minutos para depois darmos continuidade. Dentro de algum tempo voltaremos para tratar da pauta prevista.

Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa)  
Está aprovada a suspensão da reunião ordinária da Comissão de Administração Pública.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Gilson Barreto.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Passo a palavra ao Prof. Neivaldo Zovico, Federação Nacional da Educação, Integração dos Surdos.

Registro a presente de Dorothy Matos, assessora do Vereador Ricardo Young; e dos membros da Comissão, Vereadores Atílio Francisco e Marquito, além do Vereador Alfredinho, já anunciado.

**O SR. NEIVALDO ZOVICO** – Boa tarde a todos os presentes. Gostaria de agradecer a plenária para podermos compartilhar as nossas sugestões ao projeto relacionado ao Plano Municipal de Educação.

Gostaria de explicar da minha experiência, da luta de nós, surdos, e a comunidade surda teve a respeito de colocar a pauta da surdez, da educação dos surdos dentro do plano. Lutamos por isso, mas parece que nos últimos três anos a temática não foi abordada. Queria agradecer porque esta audiência foi aberta porque gostaríamos, como comunidade, de pedir para que fosse colocado na pauta de audiências, que conseguíssemos colocar alguns tópicos relacionados à educação dos surdos, que nós queremos para o Município de São Paulo. Essas



declarações nós gostaríamos de colocar em um documento para poder entregar à comissão e que pudesse abordar esses aspectos.

Sou professor de surdos de uma escola da Prefeitura, sabemos da importância das escolas de surdos que são mantidas. São escolas bilíngues, elas ainda existem, mas estamos preocupados com as escolas que se referem à inclusão. Sabemos da importância da inclusão, mas temos preocupação relacionada com as escolas bilíngues de se manterem porque ainda existe muita dúvida do que é melhor ou não para os surdos. Por isso estamos preocupados que os surdos continuem nessas escolas bilíngues para que possam ter a primeira língua, como a de sinais, para poderem se desenvolver como surdos, e a partir daí poderem ser inclusos. Estamos muito preocupados com isso. Pedimos realmente que a atenção seja voltada a essas escolas para que elas possam formar crianças surdas para que depois sem incluídas em outras escolas. Temos preocupação quanto à inclusão de alguns intérpretes nessas escolas para surdos, nas quais os surdos estão sendo inclusos porque são inclusos, mas não têm como se comunicar com as outras crianças devido a falta de intérprete. Elas vêm de escolas bilíngues e depois não tem como se desenvolver em outras escolas por falta de pessoas que conheçam o seu idioma, principalmente professores. Na hora em que chegam nessas escolas em que foram inclusas existem 40 alunos ouvintes e dois surdos. O professor não sabe como interagir, não sabe para quem dar atenção.

Então, queremos que o Plano aborde o desenvolvimento dessas crianças, dentro das escolas bilíngues, para que depois possam se desenvolver nas escolas em que serão inclusas, quando forem para o ensino médio.

Também quero falar da importância de haver professores surdos, de o Plano poder abordar que os surdos possam estar contidos nessas escolas porque não existe concurso dando prioridade a que os surdos possam ser professores nessas escolas. Todas as disciplinas, como Geografia, História e Matemática, os surdos não podem ser contemplados nas escolas. Muitos ouvintes passam, mas não tem apropriação da língua de sinais para dar

aula para os surdos, eles simplesmente falam. Na hora de uma prova ou de alguma coisa que necessite que os surdos tenham capacidade, que tenham apropriação dos conhecimentos que deveriam ter sido ditos anteriormente pelos professores, eles desconhecem porque não foi passado pelo idioma deles. É importante que existam surdos como professores dentro das escolas.

No Rio de Janeiro, por exemplo, temos o INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos. Existe um concurso federal que fornece possibilidade para que os surdos possam adentrar nessa escola e serem professores.

Gostaríamos de copiar esse modelo dessa escola federal, do Rio de Janeiro, para que possa ser aplicado aqui nas escolas municipais de surdos. Até agora estamos que isso possa acontecer e não acontece.

Então, queremos usar como referência porque as escolas de surdos necessitam de surdos adultos para que esse surdos sejam modelos para as crianças surdas, para que elas consigam entender que, futuramente, elas também têm plenas condições e são capazes de poder se desenvolver.

Então, há necessidade de que esses surdos estejam na escola como professores para serem referências para esses alunos surdos.

Devemos entender que a libras é um idioma, é uma língua e não uma linguagem. É importantíssimo que os alunos possam ser ensinados no próprio idioma deles.

Sabemos que alguns professores aprendem libras em um curso de 30, 40 horas e querem dar aulas para surdos. Isso é muito complicado porque não se aprende um idioma em pouquíssimo tempo.

Então, queremos que esses aspectos sejam contemplados no Plano para que as escolas bilíngues da Prefeitura possam melhorar em qualidade e se desenvolverem.

O antigo Secretário da Educação estava muito preocupado com essas questões a respeito das escolas, tanto das inclusivas, quanto as bilíngues que foram formadas. Agora,

temos essa preocupação com o novo Secretário.

Então, é importante, sim, que se mantenha o processo inclusivo dos outros alunos, mas que as seis escolas bilíngues sejam mantidas.

Algumas pessoas se referem a nós, surdos, como formadores de guetos ou de queremos segregação do resto da sociedade.

Agradeço pela oportunidade e peço para que os surdos tenham uma atenção especial neste momento. Não se esqueçam do intérprete para a próxima vez.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Registro a presença do educador popular Daniel Aimoré Ferreira, do Grupo do Bem-Estar e da Felicidade.

Tem a palavra a Profa. Ananda.

**A SRA. ANANDA** – Boa tarde a todos e a todas.

Falo em nome da Comissão Executiva do Plano de Educação da Cidade de São Paulo e componho o Grupo de Trabalho de Educação da Rede Nossa São Paulo.

Cumprimento a Comissão de Administração Pública, desta Casa, por ter chamado a audiência pública.

Explicarei, um pouco melhor, o que foi a carta entregue aos Vereadores desta Casa, com propostas para tramitação do Projeto de Lei do Plano Municipal de Educação.

Essa carta não é do GT de Educação, é de uma composição de várias organizações, entre elas o GT de Educação. Então, foi a Comissão Executiva do Plano que encaminhou essa carta a todos os Vereadores desta Casa,

Essa carta apresentou todas essas propostas à Comissão de Educação, de maneira que os Vereadores e as comissões de forma articulada discutam junto com a sociedade o Projeto de Lei do Plano.

Por que essas propostas?

Esta já é a 3ª audiência pública do Plano Municipal de Educação e, infelizmente, esse processo ainda não se deu de forma realmente participativa.

Então, nesse sentido, essa carta foi elaborada para garantir um processo participativo na tramitação do Plano.

Pelas poucas falas que tivemos até o momento, foi possível perceber a quantidade de questões polêmicas e que ainda precisam ser melhor debatidas e incorporadas no PL do Plano.

Então, só destacar que o objetivo da carta é garantir um processo participativo no aprimoramento do Plano, independente de que Comissões e Vereadores chamem essas audiências, que esse processo, de fato, seja participativo; que o cronograma das audiências públicas seja divulgado com antecedência, de forma que todos sejamos avisados e possamos nos preparar; que essas audiências públicas sejam temáticas e regionais, na medida do possível.

Temáticas por quê? Porque são muitos temas tratados no Plano e eles precisam ser melhor debatidos.

Então, é necessário garantir um cronograma antecipado; a chamada pública, por vários meios de comunicação e garantir que essas audiências públicas sejam em horários adequados para toda a população.

Por fim, gostaria de mencionar a importância da meta de financiamento da Educação, que foi aprovada na Conferência Municipal de Educação em 2010 e não incorporou o projeto de lei. Sem essa meta, sabemos que o Plano é inviável.

Ainda, que as audiências públicas sejam norteadas pelo documento de sistematização elaborado na Conferência Municipal de Educação para que, o que foi discutido na Conferência em 2010 seja aproveitado e, a partir disso, aconteçam as audiências públicas.

Obrigada. (Aplausos)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra o Prof. Arnaldo Ribeiro dos Santos.

**O SR. ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS** – Boa tarde a todos e a todas.

Meu nome é Arnaldo Ribeiro dos Santos e represento, aqui, a Profem, Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo. Também sou integrante da Comissão Executiva do Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo.

Serei rápido em minha exposição. Destacarei dois pontos apenas. Um com relação a uma das falas dos comentários antecedentes e outro relativo, propriamente, ao plano. De forma generalizada, foram citadas algumas ocorrências em escolas. Uma delas – que considero grave -, fala que a Direção da escola escolhe os integrantes do conselho a dedo. Se isso ocorre, jamais deveria ocorrer. Quem sabe disso, até sob pena de incorrer em omissão, deve representar junto à Direção da própria unidade. Outras, citadas, não seria o momento próprio para tanto.

Repito, se isso ocorre, deve ser feita representação nos termos jurídicos, sob pena de denegrir – desculpe-me pelo uso da palavra politicamente incorreta -, mas sob pena de macular o trabalho dos demais, das demais escolas que vêm lutando, com próprio esforço, inclusive, e com professor morrendo em sala de aula. Essas pequenas coisas são importantes também, porque acabam por minar as forças que ainda restam aos educadores em sala de aula.

Com relação ao PME, ele tem um histórico. Várias pessoas daqui acreditam e participaram. A Comissão Executiva, assim que o projeto foi entregue à Câmara, não parou de ser reunir, de aperfeiçoar e de pensar no encaminhamento, ainda, do projeto. Tanto que há integrantes aqui, hoje.

Temos conhecimento, porque participamos dos encaminhamentos das plenárias. Nem tudo foi aproveitado na Conferência Municipal. Foram muitas as sugestões e elas compõem o que chamamos de anexo, uma relação de sugestões que não foram apreciadas na Conferência.

Um dos pecados nos trabalhos anteriores, com relação ao PME, foi a inexistência da divulgação, inclusive na própria escola. Falo com propriedade porque, à época, estava em

sala de aula e fazia parte da comissão. Vendo com os próprios colegas, que lecionavam em outras escolas também, a notícia não chegava. Na realidade, a escola onde trabalhava foi até privilegiada porque tinha informação. Pudemos apresentar para os pais, em uma reunião que a Diretora provocou, ideias sobre o plano. Na realidade, foram ideias. Com os alunos, foram reservadas duas aulas para discussão, assunto que vínhamos discutindo há dois anos. Os alunos tiveram duas aulas para se posicionar com relação àquilo que, verbalmente, foi exposto.

A própria Secretaria colocou, em cima da hora, o documento para ser discutido na escola. Inclusive, não foi enviado caderno da Secretaria para a escola. A escola teve de imprimir para distribuir, pelo menos, um para cada professor ou para cada representante de segmento da própria unidade. Vocês sabem que a escola, muitas vezes, nem tinta tem para o *toner*.

Então, a divulgação e a insistência, junto a Diretores Regionais e de unidades, para que essa discussão venha à tona e que situações apontadas, como o representante dos mudos fez, fossem mais bem entendidas e discutidas. A divulgação, pelo menos – esperamos - , cumpra esse papel. Junto à Comissão Executiva, pudemos insistir também nesse número mínimo de audiências públicas para que o trabalho não fique infrutífero ou que não seja ali gerado um trabalho de tão grande esforço e de tão grande importância para uma década.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado, professor.

Convido a participar da Mesa a Subsecretária de Articulação Regional, Professora Rosânea Morales Morroni, da Secretaria de Educação do Estado.

Tem a palavra o professor Daniel Aymoré Ferreira, do Grupo do Bem-Estar e da Felicidade.

**O SR. DANIEL AYMORE FERREIRA** – Boa tarde. Na pessoa do Sr. Presidente, cumprimento os demais membros da Mesa da Comissão de Administração Pública.

Sou educador popular, médico comunitário e artista ativista da democracia direta, da democracia participativa. Entendemos que existem limitações à democracia representativa.

Ela é importante, mas tem limite. Por isso é importante participar.

Daí a fala importante dos colegas que me precederam de aumentar a participação das pessoas, dos contribuintes, dos movimentos sociais nas audiências públicas para darem a sua importante contribuição ao Plano Municipal de Educação e a todas as outras políticas públicas que se fizerem necessárias.

Quero me deter ao Plano Municipal para o decênio 2011-2020, uma das mais importantes políticas públicas da Cidade, que não vem recebendo atenção que ela merece. Percebemos que os preparativos para a Copa e para as Olimpíadas estão recebendo mais atenção que o Plano Municipal de Educação. Então, é importante sublinharmos algumas questões.

Queremos também nos associar aos parceiros da Rede Nossa São Paulo, questionando o porquê de as metas de financiamento não estarem explícitas no Plano Municipal.

Sobre o inciso VI do artigo 2º do Plano Municipal de Educação - sustentabilidade socioambiental, o Grupo do Bem-Estar e da Felicidade, a Roda do Amor da Autonomia da Esperança e também a Oficina de Alimentação Consciente Vida e Sabor há mais de dez anos defendem a criação de hortas comunitárias orgânicas no interior dos equipamentos públicos, entre eles as escolas e também as unidades de saúde.

Queremos colocar esse item dentro do inciso VI, que aborda a sustentabilidade socioambiental, o que significaria hortas comunitárias orgânicas dentro das escolas do Município.

Queremos também abordar a questão da merenda escolar. Como médico e trabalhador do Sistema Único de Saúde há 20, formado na Faculdade de Medicina da USP com Mestrado em Saúde Pública, digo que a merenda escolar do Município de São Paulo e de tantos outros municípios prejudica a aprendizagem e provoca a geração de série de doenças que prejudicam a infância e a adolescência da nossa juventude. Uma merenda escolar

baseada em hortifrutis orgânicos das próprias hortas comunitárias que serão criadas poderia ajudar e muito os jovens dentro das escolas.

Propomos ainda mais dois incisos. O primeiro seria o fortalecimento da cidadania ou qualquer outra redação mais ou menos nessa linha, com um subitem que define os horários dos Conselhos Gestores, pois concordamos que os horários atuais inviabilizam a participação. Queremos que o Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo seja objeto de debate dentro da sala de aula para que o jovem desde cedo comece a se interessar por essa matéria.

Estamos participando da revisão do Plano Diretor Estratégico, e a participação dos jovens é muito pequena. A faixa etária dos participantes em geral é acima dos 30 anos.

Ainda dentro desse fortalecimento da cidadania, queremos implantar disciplinas de esclarecimento dos mecanismos de dominação do ser humano na nossa sociedade competitiva, desigual e injusta.

O segundo inciso seria a promoção da intersetorialidade, pois a Educação não conversa com a Saúde, que não conversa com a Arte e Cultura, que não conversa com a Cidadania. É importante, então, que tenhamos uma educação intersetorializada e que haja esse olhar mais amplo.

Em relação à Meta 2 do Plano Municipal de Educação, que sugere o oferecimento de atividades extracurriculares, queríamos ressaltar algumas atividades extracurriculares. Queremos ressaltar algumas atividades extracurriculares em algumas temáticas. A primeira, arte emancipadora, uma arte a serviço do homem, pelo homem, do homem e para o homem, do ser humano para o ser humano, da mulher para a mulher, da criança para a criança e para todos.

A participação cidadã protagonista. Precisamos desenvolver isso nas nossas escolas e a ocupação dos espaços públicos. Os espaços públicos, muitas vezes, são criados e não são frequentados por desconhecimento dos jovens, principalmente os jovens da periferia.

Meta 3: desenvolver conhecimentos que contemplem as questões contemporâneas.



Entendemos ser muito importante a educação política, o que não há, praticamente, nas nossas escolas.

A educação em saúde. Muitas vezes no consultório tento levar a questão da alimentação, da atividade física e não existe essa cultura na escola. É muito difícil modificar o hábito de uma pessoa de 30, 40, 50 ou 60 anos.

A educação em economia criativa. A economia criativa precisa ser objeto de atenção das nossas escolas.

As metas 16,17 e 18 são muito importantes em relação à formação e a valorização do docente. Só que não há indicadores. Quais são os prazos? Quais são os recursos? Existe uma coisa genérica: precisamos promover e valorizar o professor. Ok, mas isso é muito genérico, não fala em quanto tempo ou de onde virá o recurso. Enfim, está desamarrada essa questão.

A meta 21 é aprimorar a gestão democrática. Isso é muito importante, mas na democracia, às vezes, isso só existe no papel. Às vezes a democracia não existe. Às vezes a gente vive em uma ditadura.

O controle social é outro ponto que estamos questionando. O controle social tem de existir com participação comunitária, com a capacitação e a educação dos cidadãos para que se tornem cidadãos plenos e não cidadãos reduzidos, como somos hoje em dia.

Agradeço e parabênzo a Comissão de Administração Pública por chamar esta audiência pública. Associo-me ao Vereador Orlando Silva no sentido de que tenhamos a celeridade necessária para que não possamos obstaculizar a progressão do Plano Municipal de Educação, que sejamos republicanos, independentemente dos nossos partidos políticos, das nossas preferências e etc.. Que possamos caminhar porque a educação é uma prioridade.

Quero fazer um convite. Dia 18 de maio, sábado que vem, celebraremos o Dia da Luta Antimanicomial. O grupo do bem-estar e da felicidade vai participar. Será na Praça Roosevelt. Estaremos lá das 10h até às 18h. A revolução somos nós.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto - PSDB)** – Está presente o Sr. Paulo Vieira, representando o Vereador Laércio Benko.

O próximo orador é o Sr. Ângelo Chinaque.

**O SR. ANGELO CHINAQUE** – Boa tarde. Cumprimento a Câmara Municipal de São Paulo por este evento. Estou no fim da picada. Eu diria que participei de um processo educacional, de 1962 a 1969, que muita gente não conhece e que foi criado no Governo Carvalho Pinto para passar seus métodos e processos, passar para a rede comum. Justamente nesse sentido que gostaria de trabalhar e dar algumas sugestões. Não é agora, mas participando das Comissões ou, talvez, no Fórum.

Luigi, que foi aluno do Educacional, e eu, estamos com um vídeo feito por um ex-aluno que narra algumas situações de aprendizagem e muitos depoimentos de professores. Esse sistema de educação foi encerrado pela revolução de 64, pelo golpe, e, no dia 12 de dezembro de 1969, todos os colégios foram invadidos pela Polícia Federal e Exército.

É um testemunho que venho dar aqui, porque a educação é comprometedora. E nós precisamos formar nossos alunos tendo em vista uma visão prospectiva de desenvolvimento, de forma democrática, para que não venhamos a passar pelo processo que passamos desde 1964.

Agradeço a todos. Temos o DVD e arrecadamos R\$ 20 por DVD, para que possamos publicar livros dessa experiência, porque foi muito significativa, e muita gente não sabe.

Dando algumas aulas em Campinas, na Unicamp, quase fui agredido, pois “como é que faço faculdade e não soube que houve essa experiência”. Há muita coisa ocorrendo por aí, e nós, educadores, precisamos saber delas.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Eu que agradeço. Quero só salienta

sobre a responsabilidade dos membros da Comissão de Administração Pública, nobres Vereadores Alfredinho, Davi Soares, Marquito, Atílio Francisco, Gilson Barreto, Coronel Camilo e Mario Covas Neto.

Quero dizer que estou aqui no sexto mandato. Não participo de nada por brincadeira. Se alguém estiver achando que estamos aqui para brincadeira, esqueçam. Chamamos esta audiência pública de comum acordo com todos os membros da Comissão, porque queremos, realmente, seriedade. Uma, sou de uma família de treze irmãos, sendo seis professores. Então, conhecemos e sabemos das dificuldades por que passa cada um na sua sala de aula. É o Fórum oficial para que todos se manifestem. Convites foram feitos aos milhares. É claro que o pessoal não veio porque, realmente, o dia é ruim.

Pela Comissão, inclusive consulto os seus membros, a fim de que se manifestem, vamos, por meio do relator, vamos solicitar aos que requereram as audiências públicas mais as outras entidades que não constam dessa relação, que mantenham contato com o senhor relator, o qual marcará uma reunião com a Comissão e com as organizações, a fim de rever esse calendário para adequá-lo.

Esse projeto está aí desde 2011, mas não vamos fazer as coisas correndo, só porque temos que aprovar no mês que vem. Isso sempre foi praxe de quando se quer fazer as coisas atropeladas. Não é o caso. Não estou falando isso em função da Educação. Vamos marcar as audiências sim. Vamos convidar a Secretaria de Educação para eles aprovarem e fazerem as audiências em conjunto, caso queiram. Se eles acharem melhor presidirem as audiências públicas, nós estaremos juntos também, porque aqui não existem forças não. Estamos dispostos a fazer a coisa que saia de vocês para que nós, da Comissão, possamos, inclusive, defender em Plenário, o anseio de senhores e de todos os segmentos e aqueles que querem defender o Poder Público que o façam, não há problema algum. Isso quero deixar registrado e bem claro. Se não fosse assim, não os chamaríamos na Comissão de Administração Pública.

Todos se inscreveram e deixaram suas mensagens. Claro que hoje foi apenas um aquecimento. Gostaria de passar a palavra para a Professora Rosanea Morales para suas considerações a respeito.

**A SRA. ROSANEA MORALES** – Boa tarde a todos. Peço desculpas pelo contratempo, pois estávamos em um lançamento de um monitoramento na parte de segurança nas Escolas Estaduais. Estou aqui representando o Professor João Paulo, Secretário de Estado Adjunto, que não pode estar presente.

Para nós, as discussões a respeito do Plano Municipal de Educação e, por consequência, o Plano Estadual, é muito importante, uma vez que o Governador Geraldo Alckmin tem uma política de valorização. Temos “Educação compromisso de São Paulo”, que é um programa do Governo do Estado, baseado em cinco pilares, no qual temos um aumento escalonado de 2011 a 2014, de 45,1% de aumento para os professores.

Também temos uma discussão paritária com as entidades sindicais de 2011 até agora foram realizadas 23 reuniões. Só neste ano, foram sete reuniões, estando em fase final de discussão com as entidades sindicais o plano de carreira dos professores da rede pública estadual.

Afora isso, temos outros programas que objetivam a tratativa da violência na escola, o que nos preocupa muito. Temos um programa de sucesso que é o “Professor Mediador de Conflitos”, objetivando que não se cheguem aos conflitos. Portanto, ele se prepara e trabalha, recebendo orientações técnicas sistemáticas para que essa violência não aconteça dentro da escola.

O fato é que a sociedade está violenta, mas o Governo do Estado encara isso da melhor forma possível, desenvolvendo os projetos numa cultura de paz, como o Programa Escola da Família, que abre para a comunidade – ouvi o médico Dr. Daniel falar e fico muito contente porque a educação e a saúde têm que andar juntas, nessa intersectorialidade -, que tem uma das vertentes da saúde. Então, temos uma tratativa especial, com um projeto de

prevenção dentro das unidades escolares, e a gravidez precoce nos preocupa muito também; além das doenças sexualmente transmissíveis. Assim, além de esse programa estar no currículo do Estado de São Paulo, também está, aos finais de semana, no Programa Escola da Família.

Então, o Governo do Estado está dando essas tratativas para a carreira do magistério, a fim de torná-la atrativa.

De 2011 até agora, mais de 30 mil professores foram efetivados pelo Governador Geraldo Alckmin. Neste ano, mais de 10 mil professores.

No segundo semestre, houve mais um concurso público para professores da rede estadual, deixando essa carreira mais atraente, fixando o professor na escola. Porque o professor temporário não é muito bem visto e não se sente bem na condição de temporário. Então, a política do Governo do Estado é de fixar o professor, efetivar esse professor, possibilitar que ele tenha, em regiões vulneráveis do ponto de vista social e econômico, um valor a mais no seu salário. Hoje temos o adicional de local de exercício, que está passando por uma reformulação, mas visando a fixar esse professor.

Então, essa é a tratativa do Governo do Estado para o magistério na rede pública estadual.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Depois das considerações da professora, muitos dos presentes, assim como os Vereadores, manifestaram seu interesse em falar. Teremos que deixar para a próxima audiência pública.

Ficou acertado que o relator nobre Vereador Mario Covas Neto manterá contato com as entidades para fazer uma reunião com a Comissão e montar o calendário de audiências públicas já deliberadas.

Está encerrada a presente audiência pública. Peço que os presentes permaneçam, pois trabalharemos mais cinco minutos na nossa reunião ordinária. Obrigado a todos pela presença.